

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 919.922 MINAS GERAIS**

**RELATORA** : MIN. CÁRMEN LÚCIA  
**ADV.(A/S)** : ESDRAS RIBEIRO JÚNIOR  
**RECTE.(S)** : ESDRAS RIBEIRO JUNIOR  
**RECDO.(A/S)** : MASSA FALIDA DE TRANSNAZARÉ - TRANSPORTE  
NOSSA SENHORA DE NAZARÉ LTDA  
**ADV.(A/S)** : CYNTHIA BOLIVAR MOREIRA E BRITO

**DECISÃO**

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO DO JULGADO RECORRIDO APÓS 3.5.2007. DEMONSTRAÇÃO INSUFICIENTE DA REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS NS. 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.*

**Relatório**

1. Agravo nos autos principais contra inadmissão de recurso extraordinário interposto com base no art. 102, inc. III, al. *a*, da Constituição da República contra o seguinte julgado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

*“AGRAVO INTERNO - § 1º DO ART. 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – PROCESSUAL – EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA – COMPETÊNCIA ABSOLUTA – QUESTÃO A SER ALEGADA EM CONTESTAÇÃO – EXTINÇÃO DO INCIDENTE – MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA”.*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

**ARE 919922 / MG**

2. No recurso extraordinário, o Agravante alega ter o Tribunal de origem contrariado o inc. XXXVI do art. 5º da Constituição da República, asseverando que *“a prestação jurisdicional já havia se esgotado, não podia se submeter, novamente, ao judiciário questão já definitivamente julgada e transitada em julgado”*.

3. Na decisão agravada, adotaram-se como fundamentos para a inadmissibilidade do recurso extraordinário a circunstância de a contrariedade à Constituição da República, se ocorrida, ser indireta e a ausência de prequestionamento da matéria constitucional.

Examinados os elementos havidos no processo, **DECIDO**.

4. No art. 544 do Código de Processo Civil, com as alterações da Lei n. 12.322/2010, estabeleceu-se que o agravo contra inadmissão de recurso extraordinário processa-se nos autos do recurso, ou seja, sem a necessidade de formação de instrumento, sendo este o caso.

Analisa-se, portanto, os argumentos postos no agravo, de cuja decisão se terá, na sequência, se for o caso, exame do recurso extraordinário.

5. Razão jurídica não assiste ao Agravante.

6. O acórdão recorrido foi publicado em 24.2.2015. A verificação do atendimento ao requisito de demonstração da repercussão geral na petição recursal antecede a análise dos demais pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário.

7. No recurso extraordinário, o Agravante limitou-se a alegar que,

*“no caso em tela, insurge-se o Recorrente contra decisão do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, quando este contraria disposição desta Constituição retira do Recorrente a garantia da coisa julgada, com base nos parágrafos 1º e 3º do art. 543-A do CPC, in*

**ARE 919922 / MG**

verbis:

(...)

*Tal entendimento, no entanto, contrário à posição firmada nessa Corte, no sentido de que, deve-se garantir a todo jurisdicionado a segurança e estabilidade das decisões judiciais.*

*De modo que, nos termos da legislação vigente, encontra-se demonstrada a repercussão geral da matéria em debate”.*

No § 1º do art. 543-A do Código de Processo Civil, determina-se que, *“para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos da causa”.*

Não basta se afirmar ter o tema repercussão geral, sendo ônus do Agravante demonstrar haver, na espécie, relevância econômica, política, social ou jurídica.

A insuficiência da argumentação expressa, formal e objetivamente articulada pelo Agravante para demonstrar, nas razões do recurso extraordinário, a repercussão geral da matéria constitucionalmente arguida inviabiliza o exame do recurso extraordinário.

Embora tenha mencionado a repercussão geral na espécie vertente, o Agravante não desenvolveu argumentos suficientes para cumprir a exigência constitucional:

*“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. INTIMAÇÃO DO RECORRENTE APÓS 3.5.2007. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO FORMAL. TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E TAXA DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. Repercussão geral da questão constitucional: demonstração*

**ARE 919922 / MG**

*insuficiente. 2. Atribuição de efeitos ex nunc: impossibilidade. Precedentes. 3. Imposição de multa de 5% do valor corrigido da causa. Aplicação do art. 557, § 2º, c/c arts. 14, inc. II e III, e 17, inc. VII, do Código de Processo Civil” (AI n. 703.803-AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 20.2.2009).*

*“Embargos de declaração em agravo de instrumento. 2. Decisão monocrática. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. 3. Apresentação expressa de preliminar formal e fundamentada sobre repercussão geral no recurso extraordinário. Necessidade. Art. 543-A, § 2º, do CPC. 4. Preliminar formal. Hipótese de presunção de existência da repercussão geral prevista no art. 323, § 1º, do RISTF. Necessidade. Precedente. 5. Ausência da preliminar formal. Negativa liminar pela Presidência no Recurso extraordinário e no agravo de instrumento. Possibilidade. Art. 13, V, c, e 327, caput e § 1º, do RISTF. 6. Agravo regimental a que se nega provimento” (AI n. 718.395-ED, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Plenário, DJe 14.5.2009).*

8. Ainda que se pudesse superar esse óbice ao regular andamento do recurso, o que não ocorre na espécie, a pretensão do Agravante não prosperaria.

A alegação de contrariedade ao inc. XXXVI do art. 5º da Constituição da República, suscitada no recurso extraordinário, não foi objeto de debate e decisão prévios pelo Tribunal de origem, tampouco os embargos de declaração opostos o foram com a finalidade de comprovar ter havido, no momento processual adequado, o devido prequestionamento. Incidem, na espécie, as Súmulas ns. 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal:

*“A jurisprudência deste Supremo Tribunal firmou-se no sentido de que os embargos declaratórios só suprem a falta de prequestionamento quando a decisão embargada tenha sido efetivamente omissa a respeito da questão antes suscitada. Precedentes” (AI n. 580.465-AgR, de minha relatoria, Primeira*

**ARE 919922 / MG**

Turma, DJ 19.9.2008).

Nada há a prover quanto às alegações do Agravante.

**9.** Pelo exposto, **nego seguimento ao agravo** (art. 544, § 4º, inc. II, al. *a*, do Código de Processo Civil e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal).

**Publique-se.**

Brasília, 14 de outubro de 2015.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**

Relatora